

A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO RECÔNCAVO BAIANO: ENTRE A RETERRITORIALIZAÇÃO E A RECAMPESINIZAÇÃO.

Rafael Sousa Rodrigues¹

RESUMO

O processo de “modernização agrícola” que o campo brasileiro viveu a partir dos anos 1960 trouxe importantes modificações não só na estrutura agrária como na estrutura agrícola do país. A massiva injeção de capitais e a adoção de tecnologias de produção trazidas pela “Revolução Verde” vieram acompanhadas de um processo de extensão rural voltada para a lógica da inovação tecnológica em detrimento das práticas tradicionais da agricultura nativa. Este processo contribuiu para o abandono de saberes camponeses, abrindo espaço para a hegemonia do agronegócio enquanto modelo produtivo para o campo brasileiro. Buscando desenvolver outra lógica de produção no meio rural, os Movimentos Sociais passam a adotar a agroecologia como possibilidade de desenvolvimento rural de seus territórios, utilizando tecnologias de produção baseadas nos saberes locais e fomentando a produção de alimentos em sistemas de policultivos diversificados. No presente trabalho, temos como objetivo geral compreender os desafios e as possibilidades da territorialização da agroecologia como possibilidade de desenvolvimento rural dentro das áreas de reforma agrária do estado da Bahia, Brasil. Para tanto, tomamos como estudo de caso o desenvolvimento de um projeto de extensão rural agroecológica executado em assentamento rurais do recôncavo baiano. Este projeto, intitulado “Programa de formação de tutores em agroecologia” foi desenvolvida a partir de uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre os anos de 2012 e 2013 e implantou sistemas produtivos agroecológicos em quatro assentamentos rurais localizados no recôncavo baiano, que fica distante cerca de 100 km da capital do estado da Bahia, Salvador. O presente artigo buscou, através de entrevistas abertas e da aplicação de um questionário quantitativo aplicado a agricultores dos quatro assentamentos, discutir em que medida a agroecologia pode se consolidar como um modelo de desenvolvimento territorial rural para estes assentamentos. Percebemos que a adoção de práticas agroecológicas em algumas áreas dos assentamentos levou a um processo de recampesinização destas comunidades, resgatando saberes tradicionais e ampliando os terrenos destinados à produção de alimentos voltados para a segurança alimentar e nutricional. Este processo está criando verdadeiros “espaços camponeses” que vem servindo como espaços educativos e de aprendizagem para estas comunidades. Entre limites e desafios, percebemos que a agroecologia pode abrir novas possibilidades de desenvolvimento rural para a agricultura camponesa, fomentando uma agricultura de base sustentável e voltada para a produção de alimentos saudáveis, consolidando uma nova trajetória de desenvolvimento rural nestes assentamentos em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Território, desenvolvimento rural, agroecologia, recampesinização.

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir as contribuições e perspectivas da extensão rural de base agroecológica na produção do espaço no Assentamento Santa Maria, localizado no município de São Sebastião do Passé, Região Metropolitana de Salvador, Bahia. A consolidação do modelo de produção rural calcado nos princípios do agronegócio teve como precedente histórico a introdução de uma série de técnicas e tecnologias de produção que ficou conhecido como o “pacote tecnológico” da “Revolução Verde”. No Brasil, a Revolução Verde teve como um dos pilares centrais a estruturação de uma extensão rural voltada para a difusão deste “pacote”, que se deu através de um largo processo educativo que viabilizou a introdução destas técnicas no campo brasileiro. As expensas de um discurso que preconizava a fixação do homem no campo, esse período de “modernização” da agricultura brasileira terminou por trazer importantes reflexos tanto à questão agrária como à questão agrícola no Brasil. Por conta de seu alto custo produtivo, o modelo do agronegócio trouxe inúmeras dificuldades para os pequenos produtores, levando muitas famílias a perderem suas terras.

O surgimento dos Movimentos Sociais de luta pela terra abriu uma nova possibilidade de territorialização destas famílias, em grande medida atingidas pela consolidação do modelo produtivo do agronegócio. Assim, os Assentamentos de Reforma Agrária organizados por estes Movimentos Sociais surgem como uma possibilidade de produção agrícola e de reprodução social diferenciado na medida em que propõem uma produção agrícola calcada na produção de alimentos saudáveis que visem ampliar a segurança e soberania alimentar das famílias assentadas e da população de maneira geral. Porém, ainda é possível observar, mesmo dentro de Assentamentos de Reforma Agrária, a persistência da utilização de técnicas e métodos de produção características da “Revolução Verde”.

Compreendendo esta contradição, o “Programa de Formação de Tutores em Agroecologia” buscou contribuir com a transição à agroecologia em três Assentamentos de Reforma Agrária localizados na Região Metropolitana de Salvador. Experimentando uma prática de extensão rural que coloca a família agricultora no papel de protagonista de seu próprio desenvolvimento, o Programa de Formação buscou resgatar os conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades tendo por objetivo diminuir a dependência de insumos externos das famílias envolvidas. No presente artigo, tentaremos nos aproximar dos desafios e potencialidades que o decurso do desenvolvimento do Programa de Formação teve em um destes Assentamentos, o Assentamento Santa Maria.

O objetivo geral do trabalho é compreender em que medida a extensão rural de base agroecológica pode contribuir com a organização do espaço em assentamentos de reforma agrária. Os objetivos específicos são: i) compreender o significado da “Revolução Verde”; ii) perceber a intencionalidade da extensão rural na difusão das tecnologias associadas à “Revolução Verde” e seus reflexos no campo brasileiro e iii) discutir a contribuição da agroecologia e da extensão agroecológica para a promoção de um desenvolvimento rural de base sustentável no Assentamento Santa Maria

DESENVOLVIMENTO

A introdução da “Revolução Verde” no Brasil trouxe importantes reflexos ao espaço agrário no país, tanto no que tange à estrutura fundiária como à produtividade no campo brasileiro. O conjunto de transformações tecnológicas da agricultura vivida no Brasil com a difusão das técnicas associadas à “Revolução Verde” terminou por trazer importantes transformações tanto à questão agrária no país, na medida em que promoveu a concentração de terras para o plantio de monocultivos em larga escala, quanto à questão agrícola, posto que a introdução destas novas tecnologias transformou o campo brasileiro em um dos maiores mercados consumidores de venenos agrotóxicos do mundo desde o ano de 2008 (LONDRES, 2011).

Tendo se massificado após o fim da segunda guerra mundial, estas transformações de ordem tecnológica que caracterizam a “Revolução Verde” tiveram início no século XIX com os resultados dos trabalhos do químico Justus Von Liebig e Gregor Mendel. Buscando contribuir para o melhoramento genético e produtivo de espécies alimentares, estes cientistas incorporaram elementos da ciência aplicada (química, mecânica e genética, sobretudo) à produção agrícola, tendo assim contribuído para o desenvolvimento de variedades melhoradas produzidas em laboratório bem como com a produção de adubos químicos em larga escala (PEREIRA, 2012).

Para Caporal (2004), esse processo de cientifização da agricultura significou uma ruptura de paradigma, visto que fazia diminuir cada vez mais a interferência ecossistêmica na determinação da prática com a terra e com as plantas e fazia crescer as possibilidades de homogeneização do processo produtivo aplicado à agricultura. A síntese tecnológica destas modificações foi o desenvolvimento das Variedades de Alto Rendimento (VAR´S), culminância dos estudos iniciados no século XIX. Estas variedades, controladas por empresas do setor de biotecnologia, apresentavam um largo aumento de produtividade quando associada à adubação química, formando o que ficou conhecido como o “pacote tecnológico da Revolução Verde”. Para Goodman et al (2008):

“Todos os setores agroindustriais, o de maquinário agrícola, o químico e o de processamento, foram forçados a adaptar suas estratégias de crescimento a fim de incorporar as oportunidades revolucionárias criadas pelas sementes híbridas e pela nova genética das plantas. Embora seja possível identificar trajetórias separadas, a tendência dominante tem sido a convergência das inovações mecânicas, químicas e genéticas para formar um "pacote" tecnológico complementar e de integração crescente, que incorpora tanto o processo de trabalho quanto o processo natural de produção” (GOODMAN et al, 2008, p.34).

Formadas as bases técnicas deste novo modelo de produção agrícola calcado na utilização de produtos químicos e espécies melhoradas em laboratório, o mundo pós-segunda guerra mundial abriu a oportunidade de massificar o pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Partindo do pressuposto de que imperava um modelo de produção “atrasado” no campo, sobretudo nos países de terceiro mundo, o setor do capital que se apropriou desta tecnologia defendia que era necessário caminhar rumo à “modernização” da agricultura pela via da adoção destas novas tecnologias de produção. Sob o discurso do aumento da produtividade para equacionar o problema da fome no mundo, as empresas multinacionais passaram a organizar a difusão de seus produtos em escala global.

Neste tocante, Fonseca (1985) destaca a “Missão Rockefeller no Brasil” como um marco central do processo de expansão das multinacionais da agricultura no país, bem como em outros países da periferia do capital. A autora sustenta que os acordos firmados durante a visita de Rockefeller ao Brasil serviram “de base à criação e à organização dos Serviços de Extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas, a partir da Segunda Guerra Mundial” (FONSECA, 1985, p. 41).

A criação de órgãos de assistência técnica oriundas desta política de extensão financiadas por empresas do setor agrícola consolidaram no país um método de extensão rural chamada de “modelo clássico”. Para Bechara (1954), este “modelo clássico” de extensão rural partia da premissa de que havia um conhecimento acumulado pelo desenvolvimento da ciência aplicada à agricultura, cujas fontes de origem eram as estações experimentais. Assim, caberia aos técnicos destas estações o papel de estender este conhecimento ao povo do campo, encaminhando-os à modernidade e ampliando, assim, a produção agrícola. Foi esta concepção de extensão que se consolidou nos países subdesenvolvidos, em especial na América Latina. Sobre isso, Fonseca (1985), nos diz que:

“Nestas regiões entre as quais incluía-se a América Latina, a ação extensionista foi proposta pelos governos locais, em convênio com as agências americanas de Extensão Rural. Foi característico desta primeira fase um exagerado entusiasmo fundado na idéia de que era preciso informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento significativo na produção de fibras e alimentos. E as pessoas que

sabem o que é melhor para os agricultores são os extensionistas e técnicos” (FONSECA, 1985, p. 41).

A introdução do pacote tecnológico da “Revolução Verde” (a maquinaria industrial, a utilização de sementes modificadas e a intensa utilização de agroquímicos), afastou o agricultor familiar de seus conhecimentos tradicionais, aumentando assim sua dependência a este modelo de produção. Paulo Freire (1977), fazendo um estudo crítico sobre o papel que a extensão rural teve sobre os povos tradicionais da América do Sul, demonstra o efeito perverso que a propaganda exerceu sobre o conhecimento tradicional. Para o educador:

“A propaganda, os slogans, os “depósitos”, os mitos, são instrumentos usados pelo invasor para lograr seus objetivos: persuadir os invadidos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas dóceis de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descaracterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora” (FREIRE, 1977p.42).

Compreendemos que a forma como se operou a “modernização” da agricultura brasileira desprivilegiou a participação dos camponeses na organização dos territórios de produção agrícola. Ao contrário, a introdução destas tecnologias de cultivo levou a uma desestruturação do espaço de produção camponês no Brasil. Discutindo o papel da introdução da tecnologia na organização do espaço, Santos (2012), afirma que:

“O efeito desestruturador da tecnologia é tanto mais brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes. Tais efeitos são sociais, econômicos, políticos, culturais, morais e, igualmente, espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território, mediante uma redistribuição de papéis que inclui novos *roles*, estranhos até então à sociedade territorial” (SANTOS, 2012, p. 250).

Desta maneira, o saber camponês tradicional – e mesmo seu território de produção - foi sendo substituído pela cultura do agronegócio. Daí compreender a sistemática diminuição de áreas plantadas com culturas agrícolas características do campesinato brasileiro em detrimento da ampliação da área cultivada por monoculturas de commodities voltadas para a exportação, reguladas pelas empresas transnacionais que dominam o setor a nível global. Essa homogeneização da produção agrícola obedece aos interesses do setor agrário do capital internacional, que, atuando sobre o território “trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio benefício” (SANTOS, 2012, p. 259).

Para Fernandes (2008), esse processo de territorialização do modelo do agronegócio é conflitivo, pois a utilização da terra por cada classe social que a ocupa é mediada por diferentes intencionalidades. Assim, quando tem a posse de uma porção de terra e nela projeta sua intencionalidade, cada classe conforma então um território onde formam paisagens que a caracterizam e são capazes de denotar suas intencionalidades. Essa intencionalidade distinta conforma então distintos territórios.

O autor aponta então a conflitualidade entre dois territórios distintos no meio rural, onde se confrontam o modelo do agronegócio e o campesinato. O modelo do agronegócio, formado por latifundiários e grandes empresas do setor (agronegócio), é caracterizado pela produção monocultural de commodities agrícolas, baixa utilização de mão de obra, monopólio de imensas extensões de terras e intensa destruição da natureza para abrir espaço para o plantio de mercadoria. Já o território do campesinato é caracterizado pela produção de alimentos voltados para a garantia da soberania e segurança alimentar, pequenas unidades de produção familiar, policultivos associados de espécies nativas ou adaptadas e intensiva utilização de mão de obra. São estes dois distintos modelos que vivem o permanente processo de conflito em busca de terra e território.

A partir desta leitura sobre o projeto de utilização da terra sob sua posse, o território passa a não ser entendido somente como uma porção de terra delimitada geograficamente, um fragmento da

superfície terrestre. Assim, a forma de ocupar o espaço geográfico apropriado por cada classe é que vai determinar os processos sociais que o vão distinguindo em diferentes territórios, tanto na paisagem que a forma como na intencionalidade de sua ação política sobre a terra, seu modelo de produção agrícola (FERNANDES, 2005). A partir desta leitura sobre o projeto de utilização da terra sob sua posse, o território passa a não ser entendido somente como uma porção de terra delimitada geograficamente, um fragmento da superfície terrestre. Assim, a forma de ocupar o espaço geográfico apropriado por cada classe é que vai determinar os processos sociais que o vão distinguindo em diferentes territórios, tanto na paisagem que a forma como na intencionalidade de sua ação política sobre a terra, seu modelo de produção agrícola (FERNANDES, 2005).

Dá-se então que estes distintos territórios (campeinato e latifúndio/agronegócio), ao disputarem a posse da terra, o fazem desterritorializando um território precedente, modificando a paisagem até que aquela terra se torne um território com suas identidades. Desta maneira quando o MST inicia o processo de luta pela terra e ali imprime as marcas que caracterizam o modelo de produção do campeinato, leva a cabo naquela terra conquistada seu projeto de sociedade. Este projeto se torna perceptível pela paisagem que configura as ocupações, acampamentos e assentamentos organizados pelo MST. Ao invés da grande e pomposa sede da fazenda e um casebre para os funcionários, vilas com casas iguais para todas as famílias. Sai da paisagem o monocultivo e se iniciam inúmeros policultivos em cada pedaço de terra em que seja possível lidar. O trabalho unicamente monetarizado dá lugar aos mutirões e trabalhos coletivos de diversas ordens organizados pelas famílias assentadas. Sai de cena a o latifúndio, entra em cena a agricultura camponesa.

Hoje, ao processo de luta por terra, se soma um projeto mais amplo de sociedade que busca superar os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelo agronegócio e seu modelo de produção dependente da utilização de produtos agroquímicos. Buscando então afirmar o antagonismo com este modelo de desenvolvimento, os Movimentos Sociais do campo tem na agroecologia a principal estratégia para propor outro modelo de desenvolvimento rural, demarcando uma posição política e ideológica de enfrentamento ao modelo do agronegócio.

Assim, esse processo de disputa passa a não se encerrar somente na luta por terra e ganha um importante contorno de disputa em torno de dois territórios distintos, onde se opõem agronegócio e campeinato. Com projetos bem definidos de utilização da fração de terra sobre sua posse, estas duas classes antagônicas passam a reproduzir na terra suas concepções e estratégias de produção e reprodução, conformando assim territórios que indicam suas distintas visões de mundo e de sociabilidade. Assim, a luta por terra (e por território) não é agora somente “una batalla de tierras *per si* pero también una batalla de ideas” (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2012).

Porém, pelos limites com que a reforma agrária vem sendo executada no país, percebemos que mesmo em territórios conquistados através da luta pela terra, o modelo de produção baseado nos princípios do agronegócio ainda persiste. Isso se dá pela compreensão de que, pela invasão cultural que a “Revolução Verde” operou no campo brasileiro, em alguma medida mesmo a reterritorialização das famílias em luta por terra pode não necessariamente significar que, naquele território conquistado, estarão expressas as práticas agroecológicas que constituem o modelo de desenvolvimento preconizado pelos Movimentos Sociais do campo.

É justamente através deste processo que podemos entender na área em estudo, onde a espacialização do MST se deu através de ocupações massivas que ocorreram na região de estudo, gerando conflitos e tensões. O Assentamento Santa Maria, objeto de nosso estudo, surge justamente deste processo de luta pela terra iniciado pelo MST na região a partir de 1997. A Fazenda Santa Maria, considerada improdutivo pelo INCRA no ano de 2004, foi ocupada em abril de 2003 por cerca de 40 famílias. Hoje residem na área de maneira permanente cerca de 30 famílias no Assentamento, que possui 422 hectares. Porém, a área não foi demarcada em lotes de produção familiar pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ficando as famílias camponesas sem uma área demarcada para produzir, dependendo assim do trabalho nos latifúndios de monocultivo de eucalipto que fazem divisa com o Assentamento, localizado a cerca de 100 quilômetros da capital do estado, Salvador. Desta maneira, diversos problemas foram gerados no

assentamento por conta deste atraso na divisão dos lotes. Sem dúvidas, o maior dele se dá na produção familiar, comprometida sobremaneira com esta situação. Dos três assentamentos atendidos pelo programa, somente o Assentamento Santa Maria não possui os lotes de produção, ao mesmo passo em que é o assentamento que apresenta os maiores indícios de problemas relacionados à insegurança alimentar.

Silva (2011) percebe que, ao iniciar seu processo de territorialização através da conquista de terras por meio dos acampamentos, o MST adotou uma política de produção em escala baseada na utilização de insumos advindos da “Revolução Verde”, processo que orientou a produção dentro das áreas do Movimento durante a década de 1980. Com as sucessivas frustrações que a aplicação do pacote tecnológico veio gerando para os camponeses Sem Terra, a autora anota, através do estudo dos Cadernos de Formação do MST, que a década de 1990 foi marcada pela intensificação da crítica ao modelo produtivista dentro do Movimento. Esse processo levou à uma articulação em torno do debate sobre as alternativas ao modelo de agricultura em escala ainda reproduzido dentro dos Assentamentos (SILVA, 2011).

Porém, percebemos que, por conta de um intenso processo de deslegitimação de suas práticas camponesas por que passaram, muitas famílias do Assentamento Santa Maria adotaram práticas agrícolas baseadas nos princípios da “Revolução Verde”, colocando muitas delas em situação de insegurança alimentar e nutricional por conta disso. Em pesquisa realizada em 2012 com as famílias participantes do Programa em estudo demonstraram que mais de 72% das famílias não produzem as sementes necessárias à produção. Mesmo aquelas famílias que afirmaram utilizar adubação orgânica no seu processo produtivo, a forma prioritária de acesso a este tipo de insumo se deu por doação da prefeitura local, alcançando aproximadamente 59,1%. Quando somamos este percentual com o percentual das famílias que afirmaram usar adubação química na produção, cerca de 11,4%, chega-se a um percentual de 70,5% que dependem de insumos vindos de fora da propriedade. A conjunção destes fatores pode estar contribuindo para um dado alarmante: 76,7% das famílias afirmaram não possuir produção suficiente para poder comercializar. Esse processo tolhe a autonomia destas famílias, ajudando a repetir ciclos de dependência que são reproduzidos há séculos na história nordestina.

Ao mesmo passo em que lutaram e garantiram a conquista de um território antes sob posse do latifúndio, percebemos que as famílias do Assentamento Santa Maria ainda dependem largamente do modelo do agronegócio para que continue a se reproduzir enquanto classe camponesa. Paulino e Almeida (2010), conceitua o processo de retomada dos territórios do capital por parte dos camponeses como um movimento de *recamponização* da classe trabalhadora do campo. Essa *recamponização* se dá no processo de luta pela terra, “na derrubada das cercas e mitos da homogeneização do território, no desafio ao pacto de classe fruto da aliança terra-capital e na presença rebelde” (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p. 101). As autoras reiteram, contudo, que esse não é um movimento que se encerra na ocupação e luta por terra, sendo necessária a luta contra “a transferência compulsória da riqueza camponesa” para que o processo de autonomia seja de fato completo e não se dê apenas na posse da terra (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

Ploeg (2008) conceitua como “impérios alimentares” o processo de monopolização da produção agrícola por parte das grandes corporações do setor agroalimentar. Para o autor, estas empresas, através da industrialização operada pelo capital que ficou conhecida como “Revolução Verde”, passaram a dominar todo o processo produtivo aplicado à agricultura, desde a produção até a circulação. Dar-se-ia então a condição em que o campesinato se torna dependente destes impérios mesmo estando dentro de seus territórios, marginalizado assim a classe camponesa e descaracterizando a sua forma de produção na medida em que homogeneiza a agricultura em escala global, não dando espaço para especificidades regionais, culturais (PLOEG, 2008). O autor percebe então, como resposta à estes processo de marginalização, a existência de um intenso processo de “*recampesinização*” que pode ser identificada em todo o mundo. Essa *recampesinização* se dá na luta pela terra, onde o autor destaca a atuação do MST e da Via Campesina na luta contra o monopólio das empresas do setor, e, centralmente, na “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p. 23) a que o campesinato está sujeito em

todo o mundo. Assim, a recampesinização, para Ploeg, significa a capacidade do campesinato em aumentar a sua independência frente ao monopólio que o setor do agronegócio exerce no meio rural em diversas facetas: desde a tecnologia de produção até a circulação dos produtos agrícolas.

Compreendemos, portanto, que a parcialidade do processo de territorialização camponesa existente no Assentamento Santa Maria se dá na medida em que ainda não ocorre um processo de autonomia e soberania sobre o território conquistado que possa levar à um desenvolvimento territorial rural onde as marcas da produção de tipo camponesa possam ser as fundamentais para a reprodução da vida das famílias assentadas. Assim, estamos diante de um processo de *territorialização parcial* do campesinato, onde apesar da luta das famílias ter garantido o domínio sobre o território, as mesmas ainda dependem do latifúndio para seguirem ocupando aquela terra e conseguirem se reproduzir naquele território. Além da dependência direta do trabalho no latifúndio, apresentam uma alta dependência tecnológica do modelo do agronegócio, se configurando o paradigma que colocamos no título deste trabalho: entre a reterritorialização, na medida em conseguem de fato a posse da terra, porém com dificuldade em fazer o processo de recampesinização, ou seja, de tomarem eles próprios o destino do seu processo de desenvolvimento rural.

Essa territorialização parcial tem sua marca mais profunda na dependência ao agronegócio, que não foi rompida com a ocupação da terra e é alimentada pelo modelo ineficiente de reforma agrária que o estado brasileiro vem adotando, impedindo que o modelo de produção camponesa possa se territorializar junto com as famílias, gerando esse processo conflitivo com o agronegócio e impedindo o desenvolvimento rural do Assentamento. Sobre isso, o assentado F.A. coloca que:

Eu sei que vai chegar o ponto sabe de quê? Desses assentamentos de Sem Terra, sabe no quê que vai resultar isso no fim? Isso não vai demorar não e eu acho que isto já está acontecendo. Esse povo que eles engana, como nós tudo tamo enganado aqui dentro, só para tomar conta da terra do governo. Por que eles mete o meio ambiente em cima, não dá recurso para a produção, o senhor vai ter que acatar todas as leis que eles decretar, como você vai ficar? Por que que eles não querem abrir mão das terras para o trabalhador? Eles não quer abrir mão Companheiro, por que o que eles quer é trazer a gente sempre no cativeiro democrático. Sempre dependendo deles, por que se o senhor tem uma boa produção você começa a trabalhar, começa a se desenvolver, começa a ganhar conhecimento na sociedade, lá fora, nas alta sociedade. Por que se o senhor se torna um produtor médio, o senhor vai ter que pegar conhecimento para o senhor poder exportar a sua mercadoria, vender sua mercadoria, o senhor vai pegar conhecimento com o mercado, vai pegar conhecimento com isso, com aquilo, tal...quando pensa que não o senhor tá uma pessoa que não vai mais depender deles. Aí vai o senhor vai eu, vai essa, vai aquele, vai aquele...quando pensar que não eles tão de mão atada! Então se eles privatizar a terra eles vai trazer a gente o tempo todo com as mão atada é nós. Por que se eu tiver bons recurso, eu não vou sair pra trabalhar com a filha de doutor Rogério não! Ela vai trabalhar pra outro fazendeiro igualmente a ela? Mas eu vou pra roça do meu vizinho, que é pobre igualmente a mim, e meu vizinho vem pra minha. Mas um fazendeiro, um rico não vai trabalhar pra outro não. Entendeu? Então por isso que eu to dizendo ao senhor, que é um dependendo do outro. Você sabe por quê? Você sabe esse “planta-pau” aí, esse cara dessa empresa, é um grande empresário esse homem. O dono desse negócio aí. É um grande empresário. Agora vê quanto ele tem de funcionário pra trabalhar com esses eucalipto, Será que esses cara que trabalha pra ele é tudo igual a ele, do nível dele? Se fosse do nível dele, tinha ninguém plantando nem correndo atrás de formiga, entrando dentro de mato pra botar veneno. Não vai não rapaz. E esses, e eu e outro e outros, ainda agradece, ainda dá graças a Deus de tá ganhando esse pão de cada dia. Entendeu? (informação verbal)

O processo conflitivo entre os territórios do agronegócio e do campesinato, a nosso ver, somente cessa através da imposição de um modelo sobre o outro. Assim, compreendemos então que a territorialização parcial percebida na área de estudo ainda traz muitas dificuldades à completude de um projeto camponês de desenvolvimento rural. Como pudemos perceber através das entrevistas e com trabalhos de campo, a reprodução social de muitas famílias ainda é dependente do agronegócio, configurando uma limitação à imposição do modelo de desenvolvimento camponês.

Assim, torna-se premente a construção de uma alternativa ao desenvolvimento rural no país que coloque no centro de sua preocupação o interesse do conjunto da sociedade nacional e que redefina o caráter da produção agrícola do país. Esse processo deve ser dar privilegiando, sobretudo, os atores principais envolvidos neste processo, buscando um processo de construção que seja horizontal, dialógico. Para Santos (2012):

“Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização” (SANTOS, 2012, p. 259).

Buscando a construção de um desenvolvimento rural de base sustentável para o campo, a agroecologia surge como uma opção de “horizontalidade” para o espaço agrário do país. Compreendida aqui como um enfoque metodológico voltado para o planejamento do espaço de produção agrícola e de reprodução social, a agroecologia apresenta uma série de ferramentas interessantes à consolidação de uma nova forma de organização socioespacial no campo. Defendendo que a “[...] Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia” (ALTIERI, 2012, p. 105), o autor aponta que a adoção destas estratégias de desenvolvimento baseadas nos princípios da agroecologia devem se dar através de “[...] metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação das atividades agrícolas às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas” (ALTIERI, 2012, p. 115).

Partindo da crítica ao “modismo” com que a agroecologia vem sendo aplicada para resolver apenas os problemas de ordem técnicas-agronômicas geradas pelo atual modelo, Sevilla-Guzmán (2001), aponta uma “adulteração” da agroecologia, a que o autor denomina de “agroecologia fraca” e que “[...] não se diferencia demais da agronomia convencional e não prevê nada, além de uma ruptura parcial das visões tradicionais” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 104). Para Sevilla-Guzmán, a agroecologia deve ir “além do nível de produção”, propondo então a:

“[...] utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada” (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 104).

A forma – ou o método – em que deve se operar essa “substituição” do atual modelo hegemônico de desenvolvimento rural ocupa lugar central nas formulações de importantes referências da agroecologia. Sabemos que a extensão rural orientada pelos princípios da Revolução Verde contribuiu para a alienação do agricultor familiar frente à autonomia e controle de sua produção, tornando-o altamente dependente de insumos externos para seu processo produtivo. Trazendo estes elementos à análise, Caporal et al (2004) tecem uma profunda crítica ao modelo de extensão que se baseou na transferência de tecnologias que deveriam ser aplicadas às comunidades denominadas como “atrasadas” por seus formuladores. Traz assim ao debate o método produtivista deste modelo de extensão que, mais preocupado no cumprimento de metas, pouca vazão dava à ampliação das capacidades “pluridimensionais”, fundamentais para a consolidação de uma teoria de desenvolvimento rural que respeite as características locais em seu amplo conceito, desde a sustentabilidade ambiental até a segurança alimentar (CAPORAL et al, 2004).

Para Caporal et al (2004), a Agroecologia deve ser “[...] entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis” (CAPORAL et al, p.11.). Este conjunto de metodologias e ações coletivas com vistas à superação do atual modelo produtivo para a agricultura é compreendido como um processo de transição agroecológica, e deve considerar a dimensão complexa e multidisciplinar que a Agroecologia deve

encarar no desafio de construir um novo modelo de desenvolvimento rural (GLIESMAN, 2001). Compreende-se assim que a transição agroecológica deve ser a ferramenta metodológica responsável pela materialização territorial dos princípios da agroecologia através da criação de “agroecossistemas” (ALTIERI, 2012).

Dentro deste referencial teórico que se localiza o “Programa de formação de tutores em Agroecologia: metodologias participativas na formação de cadeias produtivas em Áreas de Reforma Agrária na Região Metropolitana de Salvador”. O Programa de Formação surge como fruto de um processo de intervenção na realidade de Assentamentos Rurais localizados nos municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé (Região Metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil), onde o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), vem desenvolvendo atividades nas áreas de saúde, educação e produção agroecológica já fazem cerca de 07 anos. Desta maneira, representa uma tentativa de dialogar com os problemas concretos percebidos em uma realidade que demonstra muitos desafios a serem superados.

METODOLOGIA

A partir deste referencial teórico, o Programa de Formação de Tutores em Agroecologia buscou contribuir com a aproximação dos conceitos e práticas da agroecologia em três assentamentos rurais do recôncavo baiano, sendo eles os Assentamentos Santa Maria, Recanto da Paz e Nova Panema. Como ponto de partida, foi iniciado um processo de transição agroecológica nestes assentamentos, compreendendo que este se trata:

“[...] de um conceito que atua simultaneamente como uma referência de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa, e como uma ferramenta na tomada de decisões em processos concretos de intervenção” (SCHMITT, 2009, p.177).

Ao fazer esta opção de atuação sobre a realidade em que a transição agroecológica surge não como um receituário pré-estabelecido, mas sim como um processo de “[...] construção social (ou ecossocial) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural (SCHMITT, 2012, p.178)”, buscamos aplicar um questionário socioprodutivo que foi elaborado e aplicado pela equipe executora do projeto, composta multidisciplinarmente com estudantes de graduação da Universidade Federal da Bahia.

Retomaremos aqui alguns dados da pesquisa que citamos acima tendo como recorte o Assentamento Santa Maria. Acerca da utilização de defensivos agrícolas, 40,9% afirmaram utilizar produtos químicos para o controle de enfermidades na produção. Em grande medida, estes defensivos são utilizados para o controle de formiga e possuem como base de sua formulação a sulfaramida, princípio de alta persistência biológica e considerado de alta toxicidade. É bastante comum sua utilização mesmo perto das casas. Em relação à segurança alimentar e nutricional 62,8% das famílias não conseguem produzir ao menos 25% da alimentação consumida na unidade familiar. O que é ainda mais grave percebe-se que 87% das famílias entrevistadas estão em situação de insegurança alimentar grave. Desta maneira, colocou-se como central a contradição percebida nas práticas agrícolas ainda usadas dentro dos assentamentos. De maneira geral, foi constada a persistência de métodos e técnicas da “Revolução Verde” em um Assentamentos Rural organizado por um Movimento Social de luta pela terra. Em grande medida, o Programa, através da aplicação de oficinas, compreendeu que residia justamente nesse ponto alguns entraves percebidos na produção de alimentos dentro dos assentamentos. Buscando assim contribuir para a alteração deste preocupante quadro observado na realidade das famílias envolvidas no processo de transição agroecológica, o Programa buscou aplicar uma série de cursos que tinham como objetivo central resgatar as práticas agroecológicas existentes nos próprios Assentamentos e os conhecimentos ainda guardados pelas famílias.

Perguntadas se conheciam algum método de produção de adubos, 76% das famílias afirmaram conhecer mais de um método. Sobre a produção de sementes, 35,6% demonstraram também dominar alguma técnica. Sobre a produção de defensivos agrícolas, 40,9% conhecia uma

ou mais receitas de defensivos naturais. Percebemos então que havia um enorme potencial para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para a agricultura no Assentamento Santa Maira, porém, este conhecimento era tido pelas próprias pessoas entrevistadas como “coisa sem futuro”, no jargão utilizado na região.

Tendo como referência metodológica o Método Camponês a Camponês, foram organizados três cursos de agroecologia ao longo do ano de 2012 que tinham como principal objetivo desenvolver a capacidade coletiva de propor ações de superação aos problemas enfrentados na produção do Assentamento. Cada curso teve uma temática específica, sendo elas: i) manejo agroecológico de solo; ii) produção de hortaliças agroecológicas e; iii) produção de defensivos naturais.

O Método Camponês a Camponês nasce justamente da crítica ao modelo clássico de extensão, propondo um método onde o conhecimento tradicional fosse o principal caminho para a superação dos problemas de ordem técnica encontradas na produção local. Desta maneira, atinge o cerne do pragmatismo da “Revolução Verde” ao propor a solução local para os problemas ao invés da importação de receitas comuns a qualquer situação (SOSA, 2011).

Assim, cada curso foi realizado em um assentamento diferente, buscando integrar ao máximo as famílias envolvidas no processo de transição e oportunizando às mesmas a aplicação dos conhecimentos adquiridos no contato com suas próprias práticas. Coube à equipe de extensionistas do projeto realizar o levantamento destas práticas junto aos agricultores e agricultoras, e num processo dialógico, organizar as etapas de aplicação dos conhecimentos a serem abordados em cada um destes intercâmbios.

Ao passo que avançaram os cursos, as unidades de produção foram sendo instaladas nos assentamentos, buscando desta maneira a apreensão de cada etapa do todo. A título de exemplo: ao trabalhar o curso de manejo agroecológico de solo, cada comunidade saia com a tarefa de organizar um mutirão e assim prepararem o solo para a implantação da horta.

Analisando este processo através das entrevistas realizadas aos agricultores e agricultoras participantes do Programa, podemos perceber os resultados positivos que este método tem trazidos às ações do Programa e, sobretudo, à vida das pessoas e comunidades envolvidas. Para o assentado Francisco:

Antes a gente ficava em nossas áreas esquecidos, parecendo coisa velha guardada. Hoje a gente está vindo aqui no Recanto da Paz aprender com os companheiros, e também ensinar umas besteirinhas dessa tal de agroecologia que nós estamos aprendendo lá no Santa Maria (informação verbal).

Têm-se percebido que este processo leva a uma maior apreensão das técnicas e práticas agroecológicas utilizadas nas ações do Programa. Isso se deve ao exercício continuado da prática educativa que o Método Camponês a Camponês possibilita e também à condução dialógica do Programa, que sempre discute o resultado da aplicação das técnicas entre as famílias que as adotam.

Mesmo tendo enfrentado uma série de limites de ordem burocrática, pudemos perceber que o processo de transição à agroecologia que estes assentamentos estão enfrentando já trazem alguns ensinamentos importantes para nosso processo de pesquisa/construção enquanto extensionistas/estudantes.

Um dos resultados que mais nos chamou a atenção foram as propostas coletadas durante as oficinas sobre as possibilidades de gestão do território de produção do Assentamento Santa Maria, proposta pelas famílias deste assentamento. Aqui, importante ressaltar o caráter horizontal com que os conceitos foram trabalhados com estas famílias, compartilhando a compreensão de que a agroecologia, como afirma Costa Neto (2011), não deve apenas se restringir:

“[...] a um receituário de aplicação de técnicas alternativas na agricultura, mas vai além no sentido de definir-se sócio-cultural e politicamente em direção a uma determinada opção de desenvolvimento rural” (COSTA NETO, 2011, p. 71).

Ao iniciar a atuação no Assentamento Santa Maria no ano de 2009, as diversas oficinas aplicadas pelo NEPPA haviam constatado a existência de uma série de problemas inter-relacionais

entre as famílias. À época, diversas destas famílias colocavam a inviabilidade de iniciar um trabalho de produção coletiva, posto que os problemas anteriores vividos pela comunidade haviam gerado um nível de desgaste que era “melhor deixar quieto”, como afirmava Seu Francisco, liderança do assentamento, em oficina realizada em fevereiro de 2010, durante a realização do Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção, organizado pelo NEPPA juntos aos assentamentos em que trabalha. Esta situação, ao mesmo passo em que colocava um problema abriu também uma nova possibilidade de intervenção para o Programa de Formação: animar a produção coletiva do assentamento.

Aplicando uma série de atividades pedagógicas que tinham como método a utilização da Educação Popular, pouco a pouco estas problemáticas foram sendo debatidas de maneira coletiva entre as famílias e os estudantes/extensionistas do NEPPA. As primeiras propostas de trabalho coletivo foram aceitas ainda por um número pequeno de famílias, mas mostraram o embrião de um processo que foi crescendo à medida que as pequenas experiências mostraram sucesso.

A primeira destas iniciativas foi a construção de uma pequena horta coletiva em uma área de produção coletiva do assentamento que antes era utilizada de maneira particular. Iniciada em Abril de 2011 como resultado de uma oficina pedagógica, esta primeira horta possuía 50 m² e era trabalhada apenas por três famílias assentadas. O passo seguinte se deu ampliando o debate dos resultados com a comunidade, problematizando os resultados e, sobretudo, as possibilidades abertas com a produção agroecológica iniciada no assentamento. Assim, seguiram-se oficinas de educação popular que colocaram para a comunidade a possibilidade de ela mesma desenhar o caminho do desenvolvimento rural do assentamento. Surgiu então a proposta coletiva de ampliar a produção da horta, a que as famílias denominaram de projeto “Sempre Verde”.

Seguindo os encaminhamentos, foram agendados trabalhos coletivos onde cada família/pessoa ficou com uma tarefa específica (conseguir as mudas, conseguir o adubo, chamar mais famílias, conseguir estacas), e assim a horta passou a ocupar uma área de um hectare dentro da área de produção coletiva do assentamento, área essa que antes era usada de maneira particular para pastagem dos animais de um dos assentados. Esta área foi roçada e capinada de maneira coletiva pelas famílias, que iniciaram então uma nova etapa de produção no Assentamento Santa Maria, onde esta área tem produzido alimentos que são comercializados através de atravessadores locais e também comercializados diretamente pelas famílias em feira agroecológica realizada na Universidade Federal da Bahia.

Mesmo com uma produção agroecológica que hoje se coloca como uma referência na região, a equipe executora do NEPPA e mesmo as famílias envolvidas apontam que um dos grandes ganhos deste processo foi a recuperação dos saberes locais que estavam “adormecidos” na comunidade, onde, neste interim, o Método Camponês a Camponês foi peça fundamental desta reconstrução de saberes, quando, a partir de visitas e intercâmbios, colocou os próprios camponeses para guiarem o processo de construção social do conhecimento. Esta tem sido uma rica experiência de extensão rural agroecológica que o NEPPA vem tentando desenvolver na Bahia junto ao MST.

No Assentamento Santa Maria, estas práticas passaram a fazer parte do cotidiano de muitas famílias, tendo se tornado algo bastante frequente observar a aplicação das mesmas em seus quintais. Em visita a alguns quintais feitas em Agosto de 2013, cerca de um ano após o início dos cursos do Programa, pudemos perceber de perto algumas aplicações das práticas em agroecologia que vieram sendo trabalhadas durante os cursos.

CONCLUSÕES

Pudemos compreender que o desenvolvimento de uma metodologia de extensão rural baseada em princípios horizontais vem trazendo ganhos enormes à um processo de desenvolvimento rural de base local. No caso do Assentamento Santa Maria, identificamos que a área da horta comunitária de transformou em um espaço que transcende o viés produtivo. Pudemos ver como a horta agroecológica se converteu numa verdadeira escola para todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural.

Desta maneira, compreendemos que a aplicação de conceitos e técnicas de agroecologia, feitos à partir de uma lógica construtivista baseada nos conceitos da Educação Popular, pode contribuir com uma organização espacial feita de maneira horizontal, possibilitando a participação direta dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural.

Assim, entendemos que somente um processo de extensão rural que tenha como preceito básico a construção horizontal de saberes pode abrir espaço para um largo processo de recampesinização de comunidades rurais que passaram por processo de desterritorialização de terras e de desvalorização dos seus saberes. O resgate das culturas agrícolas locais, é, para nós, a peça fundamental em um processo de mudança de paradigma acercado do desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. São Paulo: Epressão Popular, Rio de Janeiro: As-PTA, 2012.

BECHARA, M. **Extensão agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura/Departamento de produção vegetal, 1954.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 1991. 134fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991. p.34.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COSTA NETO, C. Relações entre o agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-71.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.42.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOODMAN, D. SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias agricultura e indústria no sistema internacional**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 Disponível em: < www.bvce.org>. Acesso em:< 01 de fevereiro de 2013.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190p.

MOREIRA, R.J. **Críticas ambientalistas a revolução verde**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro. n.15, 2000: 39-52.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 107 p.

PEREIRA, M.C.B. Revolução Verde. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P. et al. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/ EPS Joaquim Venâncio/ MS-FIOCRUZ, 2012. P. 685-689.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

ROSSET , Peter M.; MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. **Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: contexto, teoría y proceso**. Tradução de Viviana Tipiani. Ecology and Society, 2012. 17(3): 17. Disponível em: < <http://doctoradoagroecoudea.wordpress.com/>> Acesso em: 22 jul 2013

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 7.reimp. São Paulo: USP, 2012. p. 259.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177- 203.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **As bases sociológicas da agricultura**. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1, julho, 2001, Botucatu. Anais em CD, v.1, 2001.

SILVA, Júlia Garcia de Souza. **Agroecologia e militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: estudo de caso da transição agroecológica no Assentamento Rural Nova Panema**. Salvador: Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2011. (Monografia de Bacharelado em Geografia).

SOSA, B. M. et al. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. [S. l. : s. n.], 2011. 143p.